

PROFESSORES SURDOS NO CONTEXTO ACADÊMICO E SUAS NARRATIVAS SOBRE A ESCRITA ENTRE DUAS LÍNGUAS

Karoline Kist, Daiane Kipper**, Camilo Darsie****

RESUMO

Questões relacionadas ao domínio das línguas de sinais e da modalidade escrita das línguas orais de diferentes países são tensionadas no contexto dos Estudos Surdos em diferentes situações. Partindo desta questão, pode-se entender que, no Brasil, a aproximação entre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a Língua Portuguesa gera possibilidades de reflexão que sempre são úteis, tendo em vista que os surdos, usuários da Libras, comunicam-se cotidianamente em uma língua, ao passo que escrevem em outra. No contexto acadêmico, tal situação tem gerado obstáculos, especialmente para docentes surdos que precisam propor, desenvolver e publicar em periódicos relatos de pesquisas, de atividades de extensão e seus resultados. Portanto, este artigo tem por objetivo problematizar as implicações da norma ouvinte nos processos de subjetivação dos professores surdos do Ensino Superior, em especial, no que se refere à produção escrita em Língua Portuguesa. O estudo se apoia no campo dos Estudos Culturais articulados ao campo dos Estudos Surdos e baseia-se em entrevistas realizadas com professores surdos que ministram a disciplina Língua Brasileira de Sinais em universidades federais do Brasil. As narrativas indicam que ocorrem processos de subjetivação acerca do que significa ser docente surdo em contextos universitários e, também, acerca da resistência linguística como uma estratégia de valorização da Libras. Os professores surdos apresentam os limites da escrita por meio da Língua de Sinais e discorrem sobre a importância de se reforçar o valor e o reconhecimento da Língua de Sinais como formas de reivindicação de novas políticas públicas relacionadas às duas línguas no Ensino Superior.

Palavras-chave: Professores surdos. Libras. Ensino superior. Narrativas.

* Mestra em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Pesquisadora e Integrante do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos (PPIPS) na UNISC. ORCID: 0000-0002-9058-6505. Correio eletrônico: kakakist@gmail.com

** Doutora em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Pesquisadora e Integrante do Grupo de Pesquisa Identidade e Diferença na Educação (IDE) na UNISC. ORCID: 0000-0002-2824-4934. Correio eletrônico: daianekipper25@gmail.com

*** Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Vice-líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas, Inclusão e Produção de Sujeitos (PPIPS) na UNISC. ORCID: 0000-0003-4696-000X. Correio eletrônico: camilodarsie@unisc.br

DEAF PROFESSORS IN THE ACADEMIC CONTEXT AND THEIR NARRATIVES ABOUT WRITING BETWEEN TWO LANGUAGES

ABSTRACT

Issues related to proficiency in sign languages and the written modality of oral languages from different countries are a matter of consequence in the context of Deaf Studies, in a variety of situations. Consequently, we can understand that, in Brazil, the approximation between the Brazilian Sign Language (Libras) and the Portuguese Language creates possibilities for reflection that are always useful, considering that the deaf, users of Libras, communicate in one language while writing in another. In the academic context, this situation has imposed obstacles, especially for deaf professors who need to propose, develop and publish in journals, research, extension activities and their results. Therefore, this paper aims to problematize the implications of the listening norm in the subjectivity processes of the deaf professors at University, especially with regard to written production in Portuguese. The study is based on Cultural Studies and Deaf Studies and is linked to interviews conducted with five deaf professors who teach the discipline Brazilian Sign Language at national universities in Brazil. The narratives indicate that there are processes of subjectification about what it means to be a deaf teacher in a university context and, also, of resistance as a strategy for valuing Libras. Deaf professors present the limits of their written Sign Language and narrate its importance in confirming the value of recognition of Sign Languages as a way to claim for new public policies related to the two languages in universities.

Keywords: *Brazilian Sign Language. College professors. Education of the hearing disabled. Higher education.*

PROFESORES SORDOS EN EL CONTEXTO ACADÉMICO Y SUS NARRATIVAS SOBRE LA ESCRITURA ENTRE DOS IDIOMAS

RESUMEN

Las cuestiones relacionadas con el dominio de las lenguas de signos y la modalidad escrita de las lenguas orales de diferentes países se destacan en el contexto de los estudios de sordos en diferentes situaciones. Con base en esta pregunta, se puede entender que, en Brasil, la aproximación entre la Lengua de Signos Brasileña (Libras) y la lengua portuguesa genera posibilidades de reflexión que siempre son útiles, considerando que los sordos, usuarios de Libras, se comunican diariamente en un idioma mientras se escribe en otro. En el contexto académico, esta situación ha creado obstáculos, especialmente para los docentes sordos que necesitan proponer, desarrollar y publicar informes de investigación, actividades de extensión y sus resultados en revistas. Por tanto, este artículo tiene como objetivo discutir las implicaciones de la norma auditiva en los procesos de subjetivación del profesorado sordo en la Educación Superior, especialmente en lo que respecta a la producción

escrita em português. El estudio se basa en el campo de Estudios Culturales articulado con el campo de Estudios de Sordos y se basa en entrevistas realizadas a profesores sordos que imparten la asignatura Lengua de Signos Brasileña en universidades federales de Brasil. Las narrativas indican que existen procesos de subjetivación sobre lo que significa ser docente sordo en contextos universitarios, y también sobre la resistencia lingüística como estrategia de valoración de Libras. Los docentes sordos presentan los límites de la escritura a través de la Lengua de Signos y discuten la importancia de reforzar el valor y el reconocimiento de la Lengua de Signos como formas de reivindicar nuevas políticas públicas relacionadas con las dos lenguas en la Educación Superior.

Palabras clave: *Docentes sordos. Libras. Enseñanza superior. Narrativas.*

1 INTRODUÇÃO

Práticas acerca da surdez, na perspectiva da deficiência, investem na correção e na adaptação dos indivíduos que não ouvem, conforme determinam os padrões da sociedade ouvinte¹. Elas focam alternativas terapêuticas que equiparam “deficientes auditivos” e suas capacidades às pessoas que escutam, ou seja, assumem a priorização de um modelo de vida adequado aos ouvintes.

Contudo, há outros modos de entender as posições de sujeito das pessoas que não escutam, os quais “[...] subjetivam e constituem o sujeito como surdo, diferente, representante de uma comunidade linguística específica [...]” (LOPES; THOMA, 2013, p. 2). Nesta perspectiva – da diferença –, o sujeito surdo não é considerado somente pela perda auditiva, mas pelas diferenças linguística e cultural que lhe envolvem (CECÍLIO; SOUZA, 2009). Logo, o surdo é reconhecido pela sua interação com o mundo por meio de experiências visuais, manifestações de sua cultura e por sua comunicação em Língua de Sinais, sempre complementada pela modalidade escrita da língua oficial do país em que vive. Isso significa dizer que, nesta perspectiva, o surdo é reconhecido pela sua condição bilíngue.

Para Fernandes e Moreira (2014), o bilinguismo para os surdos brasileiros se apresenta como uma situação em que a comunidade surda se identifica com a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a utiliza na comunicação com outros surdos e com ouvintes sinalizantes. Pelo fato de sua manifestação se dar de forma visual e natural, o que implica a construção de sentidos sobre o mundo de forma diferente dos ouvintes, produz-se uma cultura visual que aproxima os surdos. De acordo com as autoras, é preciso compreender que a Língua Portuguesa é a língua oficial do país, utilizada em contextos familiares, escolares, profissionais, entre outros. Tal questão exige da pessoa surda conhecimento acerca da Língua Portuguesa para situações formais, e, por isso, ela assume o *status* de segunda língua para os surdos brasileiros, sendo obrigatória a sua presença durante o pro-

¹ Cabe destacar que a primeira autora deste texto, principal desenvolvedora da pesquisa apresentada, é surda, usuária de Língua Brasileira de Sinais. Portanto, o estilo linguístico por meio do qual ela expõe seus argumentos foi respeitado e mantido, tanto pelos parceiros de pesquisa e escrita quanto pela profissional responsável pela revisão linguística.

cesso de escolarização das crianças e jovens surdos. Tal questão caracteriza a condição bilíngue dos sujeitos surdos no Brasil.

Neste contexto, a experiência profissional da primeira autora deste artigo em uma Instituição de Ensino Superior (IES) fez emergir inquietações que impulsionaram as investigações que constituem as reflexões apresentadas. O objetivo desta empreitada, portanto, visa problematizar as implicações da norma ouvinte nos processos de subjetivação de professores surdos no Ensino Superior. O referencial teórico se alinha aos estudos que visam analisar e tensionar a cultura e a produção de sujeitos, tendo em vista a noção de estratégias biopolíticas no campo da Educação e suas interlocuções com os campos dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos.

Para tanto, seguindo os critérios éticos necessários para a elaboração de pesquisas acadêmicas, foram entrevistados cinco professores surdos de IES, sendo dois do Rio Grande do Sul, uma de Minas Gerais, uma de Santa Catarina e uma do Rio Grande do Norte. Aqui, contudo, embora todas as narrativas tenham sido importantes em sua totalidade, são apresentadas respostas de apenas três, em função dos limites da temática abordada nesta explanação.

O artigo está dividido em quatro seções: a) *Introdução*; b) *Percurso investigativo*, que apresenta os caminhos assumidos para a realização da pesquisa e direciona atenção à questão das narrativas utilizadas; c) *Sobre ser docente entre duas línguas*, parte em que é feita a discussão dos resultados a partir das colocações de três dos cinco professores entrevistados; d) *Encerramento*, em que a discussão é finalizada.

2 PERCURSO INVESTIGATIVO

A investigação conta com entrevistas realizadas junto a cinco professores universitários surdos. Tais entrevistas objetivaram a constituição de narrativas sobre suas experiências de escolarização e enquanto docentes de IES. A partir de narrativas, é “[...] possível reconstruir as significações que os sujeitos atribuem ao seu processo de escolarização, pois falam de si, reinventando o passado, ressignificando o presente e o vivido para narrar a si mesmos.” (ANDRADE, 2012, p. 174-175). Assim, operam como um modo de construir em si suas próprias experiências por meio dos caminhos percorridos e de relatos acerca deles. A narrativa é entendida, pois, como “[...] uma produção cultural, social, política e histórica e não como um dado fixo, estável, igual a todos os outros e ancorado em práticas sociais e culturais que se querem mais ou menos precisas e iguais.” (ANDRADE, 2012, p. 179).

Para Larrosa (2014, p. 102) não podemos procurar averiguar o que há por trás ou anteriormente às palavras, “[...] mas sim, o que há adiante, até onde se dirigem, de que maneira podem encarnar em nós (que somos carne de palavras, também de palavras apodrecidas), o que é que podem mover ou mobilizar ou incitar ou suscitar em nós.” Na mesma linha de pensamento, Reis (2015, p. 68) apresenta a entrevista narrativa como uma ferramenta instigante, a qual, em alguns momentos, “[...] envolve um acontecimento da vida profissional ou mesmo das experiências do próprio sujeito como intelectual e em outro momento a narrativa gira em torno da vida profissional como professor.”

Os professores surdos entrevistados atuam como docentes no Ensino Superior de universidades públicas. Eles distribuem-se da seguinte maneira: dois do Rio Grande do Sul (RS), uma do Rio Grande do Norte (RN), uma de Santa Catarina (SC) e uma de Minas Gerais (MG). Contudo, na discussão serão apresentados recortes dos depoimentos de apenas três. Para preservar suas identidades, foram indicados com nomes de surdos popularmente reconhecidos, especialmente no contexto da comunidade surda: Marlee Matlin, Emmanuelle Laborit e Helen Keller. A escolha dos professores ocorreu a partir do reconhecimento de universidades públicas, de diferentes regiões brasileiras, em que há docentes surdos atuando por meio de concurso público. Em seguida, foram enviados a eles convites, por *e-mail*, com dados sobre a investigação e, a partir das disponibilidades dos convidados, foram agendadas entrevistas por videoconferência.

Como a pesquisa envolveu duas línguas de modalidades diferentes – língua portuguesa escrita e Libras na modalidade visual/gestual –, o processo de organização dos dados seguiu quatro etapas: a) entrevistas por meio de videoconferências gravadas, com duração de mais de 40 minutos cada; b) tradução das narrativas feitas em Libras para a Língua Portuguesa escrita; c) transcrição do conteúdo; d) tensionamento das narrativas a partir de referencial teórico.

Articulado ao modo como se compreendem as narrativas, no presente estudo, vale adiantar que os professores surdos se narraram de modo a demonstrar seus sentimentos e seus percursos de vida como se fossem desabafos. Suas participações foram envolvidas por um clima de insatisfação, em função dos desafios que dizem enfrentar em seus cotidianos acadêmicos, e de otimismo, considerando a possibilidade de suas angústias serem reconhecidas por meio da pesquisa. Em termos gerais, entende-se que as narrativas se apresentam como um conjunto de saberes e conhecimentos que dizem respeito aos processos de subjetivação vividos em cada história contada. Assim, as entrevistas provocaram inquietações úteis para pensar a docência surda e suas implicações frente ao padrão ouvinte das Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil.

3 SOBRE SER DOCENTE ENTRE DUAS LÍNGUAS

Os sujeitos surdos brasileiros vivem inseridos em uma sociedade majoritariamente ouvinte, formada por falantes da Língua Portuguesa. Neste contexto, Reis (2015) destaca a importância de se expandir o conhecimento sobre a comunidade surda nas universidades, pois tal manobra possibilita engajar um maior número de pessoas no que se refere à divulgação da luta pelos direitos dos surdos. Nessa direção, para a autora, o ano de 1997 foi um marco histórico em função da entrada do primeiro professor surdo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que foi efetivado para ministrar a disciplina de Língua de Sinais Brasileira, na Faculdade de Letras – Departamento de Linguística e Filologia. A entrada desse professor ocorreu antes da Lei n.º 10.436/2002 e foi importante para dar visibilidade à Libras, garantindo o fortalecimento dos pressupostos que originaram tal lei.

O ingresso de professores surdos nas universidades tem resultado em outras formas de ser surdo. Sobre isso, Lopes e Thoma (2013) argumentam que os discursos podem, de algum modo, subjetivar indivíduos de formas diferentes. Nesse contexto, os discursos são entendidos para além dos atos de fala, pois se

levam em conta práticas e enunciados que envolvem a vida. Assim, a entrada de surdos em universidades também é discurso e ajuda a produzir um novo *éthos surdo*. De acordo com as autoras, tal fato oportuniza novas formas de ser surdo na contemporaneidade.

Professores surdos em IES estão tensionando a estrutura de um sistema linguístico maior, ou seja, estão mexendo nas estruturas do modelo científico através do qual a língua é entendida como algo homogêneo, centralizado, padronizado. Enfim, língua enquanto ferramenta de poder, que se coloca como “maior” ou dominante (DELEUZE; GUATTARI, 2011). Souza e Gallo (2010, p. 103) apresentam que, contra o modo maior da linguística, os filósofos Deleuze e Guattari defendem a possibilidade de “[...] um uso menor da língua, um uso de resistência e de revolução, que faça a língua falar de outra maneira. Fazer uma língua operar em modo menor, minorar o uso de uma língua estabelecida, é fazer um uso político da língua.”

Logo, é importante levar em consideração as minorações feitas por meio de usos coletivos, a partir de determinados grupos sociais, de modo a fazer balbuciar a língua majoritária, abrindo outras possibilidades de funcionamento. Nessa corrente de pensamento, pode ser dito que professores surdos em espaço acadêmicos impulsionam outras formas de operar linguisticamente o uso da Libras e modos diferentes de escrever a Língua Portuguesa. Colocar em cheque a gramaticalidade e a estética da língua escrita também pode ser visto como uma ação política. “A unidade de uma língua é, antes de tudo, política. Não existe língua-mãe, e sim tomada de poder por uma língua dominante, que ora avança sobre uma grande frente, ora se abate simultaneamente sobre centros diversos.” (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 49).

Neste contexto, aponta-se que a incompatibilidade gramatical entre a Libras e a Língua Portuguesa ocasiona um modo diferente de escrever por parte dos surdos. Aspectos linguísticos que fazem sentido nas línguas oralizadas se perdem quando aproximados da lógica das línguas gestuais-visuais. Assim, a tendência é que os sujeitos surdos, mesmo alfabetizados, com formação por meio de cursos de graduação, mestrado e doutorado, por exemplo, tendam a escrever de modo diferente, frequentemente entendido por ouvintes em geral, avaliadores e pareceristas acadêmicos como “errado”.

Conforme as professoras Marlee Matlin, Helen Keller e Emmanuelle Laborit, o lugar em que está localizado esse grupo (professores surdos) é de tensão, tendo em vista os desafios enfrentados em função da centralidade da Língua Portuguesa.

Eu ensino quatro disciplinas de Libras e também sou orientadora para os alunos ouvintes/surdos e ainda exigem as publicações como autoria e coautoria. Na ementa da disciplina no Curso Letras-Libras obriga os alunos a publicar um artigo junto com a professora surda. (MARLEE MATLIN, 27 de junho de 2019, grifo nosso).

Pela minha experiência, mais ou menos 15 professores surdos concursados trabalham como professores de Libras e no Curso de Letras-Libras: *Um professor é oralizado e é fluente em Língua Portuguesa, tem maturidade, mas pouco em Libras, porém a sociedade ouvinte o admira por ter habilidades melhores. Enfim, na prática ele não é bom quando comparado a outros professores surdos que têm práticas boas, mas não são fluentes em Língua Portuguesa, mas que trabalham, criam projetos, organizam coisas. Infelizmente a sociedade ouvinte não os*

reconhece. Por causa dos contatos de e-mails, facilidade de comunicação, isso é problema da relação do poder. (HELEN KELLER, 7 de junho de 2019, grifo nosso).

Porém, eu confirmo que alguns professores surdos se conformam em não publicar os seus trabalhos, somente o ensino de Libras, pois as falhas podem ter vindo as bancas examinadoras para avaliar os candidatos. (EMMANUELLE LABORIT, 11 de junho de 2019, grifo nosso).

Nas narrativas apresentadas, observam-se as relações de poder estabelecidas entre usuários de diferentes línguas, pois pode ser entendido que há dominação da Língua Portuguesa em sua modalidade escrita. A valorização profissional do professor se dá pela sua fluência em Língua Portuguesa, escrita, e não a partir do conhecimento da sua língua materna, a Libras. É possível perceber a valorização profissional do professor surdo oralizado por parte da comunidade ouvinte. Emmuelle Laborit também sinaliza a conformação dos professores surdos em não publicar artigos e trabalhos, pois aquilo que ela chama de “banca avaliadora” geralmente é constituída, majoritariamente, por ouvintes. Assim, relata que se dedica mais ao ensino, por estar vinculado à sua língua materna.

As três professoras enfatizam a importância dos professores surdos atuarem também nas pesquisas e na extensão, para assim poderem avançar em seus planos de carreira. Além disso, tais questões são importantes para conquistarem espaços políticos, de resistência, tendo a mesma atuação científica que os professores ouvintes. Logo, as publicações dos surdos poderiam ser uma marca política para que a sociedade ouvinte reconheça esse grupo minoritário.

Com relação à valorização das habilidades linguísticas dos professores surdos e as relações entre língua maior e menor, para a professora Helen Keller:

A sociedade vê o sujeito surdo oralizado e acha melhor, pois não reconhece, assim, a Língua de Sinais. Alguns professores surdos só trabalham com o Ensino de Libras e não com os outros trabalhos, como extensão e projetos. Só querem conforto ou desistiram por causa da Língua Portuguesa como norma da sociedade ouvinte. (HELEN KELLER, 7 de junho de 2019, grifo nosso).

Compreende-se que a sociedade ouvinte tem valorizado professores surdos fluentes em Língua Portuguesa (escrita e oralizada), mas não atribui valor à fluência e ao conhecimento desses professores em Língua de Sinais. Entretanto, tal sociedade também faz uma crítica aos professores surdos que desistem da pesquisa e da extensão e permanecem apenas desenvolvendo atividades de ensino. Segundo Reis (2015), há um contraponto entre a sociedade ouvinte e a comunidade surda. A sociedade ouvinte exige e valoriza a Língua Portuguesa dos professores surdos, enquanto a comunidade surda enaltece o conhecimento desse professor em sua primeira língua.

Os professores surdos, quando escrevem de acordo com as normas ouvintes, precisam abdicar do direito de atribuir valor cultural à Língua de Sinais em suas produções acadêmicas. Assim, é possível entender como ocorrem os processos de subjetivação dos professores universitários surdos, já que a norma ouvinte os envolve, implicando modos de ser, ou seja, um modo de ser surdo pautado na língua dos ouvintes.

Ao abrir mão do direito de expressão por meio de sua primeira língua – gestual-visual –, os professores surdos apresentam certa obediência a uma norma majoritária, submetendo-se a esta. Com base na abordagem de Foucault (1999), quando problematiza as relações de poder, compreende-se a implicação dos professores surdos no espaço acadêmico. Para que estes profissionais possam ser bem avaliados e participar das pesquisas, e especialmente da produção e publicação de textos, como seus colegas, necessitam se dobrar às normas das línguas orais em modalidade escrita, tendo em vista, ainda, os padrões considerados acadêmicos.

Conforme manifestado pelos professores que participaram da pesquisa, os surdos desejam produzir pesquisas, conversar sobre pesquisas, sinalizar sobre suas pesquisas, mas isso nem sempre é possível, pois precisam se submeter às normas ouvintes. Assim, em vez de produzirem conhecimentos e reflexões por meio da estrutura linguística que os localiza enquanto sujeitos, precisam se manifestar por meio de suas segundas línguas. Isto significa que, da maneira como é relatado pelos participantes do estudo, as mesmas universidades que os inserem em seus quadros funcionais, de modo a contemplar as normas de inclusão e acessibilidade, ceifam-lhes os direitos linguísticos representados, especialmente, pelo uso das suas primeiras línguas enquanto marcadores culturais, intelectuais e de ativismo político.

As leis relacionadas à Libras e à inclusão e acessibilidade possibilitaram ao espaço acadêmico conhecer a Língua de Sinais e a Cultura Surda. No entanto, não garantiram aos surdos o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais enquanto parte das dinâmicas intelectuais acadêmicas, como é possível destacar, mais precisamente, na narrativa da professora Helen Keller. A exigência de que os surdos tenham as mesmas habilidades que os ouvintes, relativas à estrutura da Língua Portuguesa, ainda permeia e caracteriza esses espaços, pois o domínio de sua primeira língua não é valorizado no sentido profissional e intelectual.

O *ethos* do professor surdo na contemporaneidade perpassa, portanto, a luta com relação ao reconhecimento da sua diferença linguística e cultural. Não se trata de uma luta violenta, porém de uma luta coletiva e assertiva, pautada na parceria entre surdos e ouvintes conhecedores desta área de estudos. É importante que, a partir de pequenas revoluções locais, transformem-se modos de pensar o lugar dos docentes surdos. Foucault (2013, p. 342) afirma que “[...] ser moderno não é reconhecer e aceitar esse movimento perpétuo; é ao contrário, assumir uma determinada atitude em relação a esse movimento.” Deste modo, o sujeito assume uma atitude voluntária, desejando determinados modos de ser e estar em sociedade.

Ao encontro de Foucault, Reis (2015, p. 118) apresenta que “[...] a cultura surda pode ser estruturada nos professores surdos na Educação Superior, como a forma de ser professor surdo nas salas de aulas e eventos como congressos, seminários, encontros e reuniões usando a Língua de Sinais Brasileira.” A autora defende a importância dos professores surdos encontrarem um jeito de ensinar no Ensino Superior, bem como a importância das lutas políticas para essa negociação da cultura surda no sistema educacional.

A orientação das condutas dos professores surdos pela sociedade ouvinte tem obedecido às regras estruturais da Língua Portuguesa. Essa imposição ao pro-

fessor surdo pode ser percebida como um investimento político e econômico no corpo surdo. A sua utilização econômica “[...] é, numa boa proporção, como força de produção em que o corpo é investido por relações de poder de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é preciso se ele está preso num sistema de sujeição.” (FOUCAULT, 2009, p. 29). Logo, um sujeito surdo produtivo no âmbito do sistema educacional, em universidades (públicas, privadas e comunitárias), é aquele que consegue submeter-se à norma ouvinte no que se refere à estrutura escrita da Língua Portuguesa e sua capacidade de compreendê-la. Tal exigência possibilita que o professor surdo faça parte do jogo político e econômico, bem como se mantenha em seu cargo ao cumprir o que é exigido.

Após suas resistências, suas vitórias, suas conquistas acerca de seus espaços de ensino na disciplina de Língua Brasileira de Sinais, no Ensino Superior, muitos docentes surdos ainda se mantêm atrelados a um estado de menoridade em relação à língua. A superação desse estado depende da vontade de mostrar à sociedade ouvinte a sua diferença linguística e cultural, ou seja, de defender espaços de legitimação da sua escrita pautada em uma língua visual-gestual.

As diferenças linguísticas têm uma implicação direta da vida dos surdos, em especial dos professores surdos que trabalham em IES, já que estas lhes demandam publicações de artigos e escrita de projetos e relatórios de pesquisa e extensão. Isso pode ser observado nas narrativas das professoras Marlee Matlin e Emmanuelle Laborit, referentes às suas experiências com suas escritas guiadas pela estrutura da Libras para periódicos qualificados:

Eu tentei os Qualis² A1, B1, mas não consegui por causa do conhecimento da educação dos surdos, mais focado na língua, cultura, surdez, surdo, infelizmente percebi que o Comitê Científico (A1, B1) não os valorizam. Porém eu entreguei o artigo para a professora (colega) ouvinte que é muito qualificada e muitas publicações aprovadas nas A1 e B1 para ela avaliar no meu artigo e disse que está tudo ótimo e não tem nenhum problema, mas para os outros é muito difícil. (MARLEE MATLIN, 27 de junho de 2019, grifo nosso).

Nos artigos, eu mando para outra pessoa corrigir e colocar nos comentários ao lado do texto e isso torna mais importante e aprendo melhor. Sem comentários ou opiniões, eu não conseguiria me sentir bem só com as correções diretas. Eu prefiro entender o que relaciona o porquê, o conceito, a explicação de compreender. Já que na escola onde eu estudava, tinha muitas falhas para aprender e não tinha conhecimento. Por exemplo: uma frase e a pessoa coloca as três opiniões e eu escolho uma para substituir essa frase que relaciona bem com as estruturas. (EMMANUELLE LABORIT, 11 de junho de 2019, grifo nosso).

Marlee Matlin apresenta suas tentativas de aprovação de um manuscrito em comitês científicos de periódicos, entretanto esbarra em questões relacionadas às normas da escrita feita por ouvintes e no pouco conhecimento dos membros do Comitê em relação aos Estudos Surdos. Foucault (2008, p. 74) apresenta que “[...] todo sistema legal se relaciona com um sistema de normas.” Também podemos

² QUALIS é o conjunto de procedimentos utilizados pela Capes para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. O Qualis Periódicos está dividido em oito estratos, em ordem decrescente de valor: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C.

dizer, nesse contexto, que há um sistema que privilegia práticas ouvintes e baliza as normas de revistas e comitês científicos, mesmo no campo da Educação.

A normalização disciplinar consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tomar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma. Dito de outro modo, há um caráter primitivamente prescritivo da norma, e é em relação a essa norma estabelecida que a determinação e a identificação do normal e do anormal se tornam possíveis. (FOUCAULT, 2008, p. 75).

Foucault (2009) apresenta que esse tipo de sujeição não é obtida por meio da violência ou da ideologia, mas é calculada, organizada e pensada de forma técnica. Assim, os professores surdos “desejam” ser conduzidos linguisticamente por ouvintes para poderem participar do jogo econômico implicado na Academia. É necessário aproximar-se da escrita baseada em normas ouvintes para que sejam incluídos em movimentos de pesquisa e de extensão. Emmanuelle Laborit comenta que, ao se reunir com vinte autores surdos para a publicação de um livro, observou a resistência dos surdos para manterem o formato de suas produções escritas.

Tem alguns erros de português, *mas os autores surdos resistem que deixam como é a escrita dos surdos como a segunda língua - Língua Portuguesa - e tiveram suas críticas, mas deixaram assim por sua própria estrutura diferenciada.* Livraram da condução linguística da norma ouvinte. (EMMANUELLE LABORIT, 11 de junho de 2019, grifo nosso).

A narrativa da professora apresenta a resistência diante das normas da escrita ouvinte, pois ela destaca a recusa dos surdos em modificar o modo como os textos foram organizados e escritos. A resistência desses surdos também se apresenta como uma maneira de informar aos outros sobre a forma linguística, decorrente de uma língua visual-gestual. Para Quadros (1997), o ensino de leitura e de escrita para surdos deve levar em consideração o tipo de língua que eles estão em contato. “Para as pessoas que ouvem, ‘falar e ouvir’ são variantes de uma mesma estrutura linguística. A leitura apresenta, em pelo menos algum nível, uma relação com o som das palavras.” (QUADROS, 1997, p. 98). Nesse sentido, não há associação entre sinais gráficos e sons, a língua escrita é percebida somente pelo canal visual dos surdos. Logo, a língua escrita é uma linguagem silenciosa para os surdos.

A escrita dos surdos é composta também por uma marca cultural. Logo, faz-se importante a sua publicação para que a comunidade científica tome conhecimento dessa diferença. Isso se dá, para que se compreendam as pesquisas científicas feitas pelos professores surdos que falam a sua própria língua, como na escrita proveniente de uma língua visual-gestual, sua cultura surda, sua subjetividade surda que levam para o discurso científico entre os grupos de pesquisa, um marcador cultural.

Resistir às normas historicamente cristalizadas torna-se, muitas vezes, espaço de ativismo e militância para os professores surdos. Foucault (2013, p. 338), com base em Kant, destaca que o próprio homem é responsável por seu estado de minoridade: “É preciso conceber então que ele não poderá sair dele a não ser por uma mudança que ele próprio operará em si mesmo.”

4 FECHAMENTO

Identificar e entender os professores surdos como autores surdos no mundo acadêmico corresponde a manifestações relevantes para o fortalecimento destes profissionais no contexto da Educação e das Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade. Ao mesmo tempo que os discursos vigentes, que constituem e ensinam sobre os modos de escrever no contexto acadêmico, subjetivam surdos na direção de igualarem-se aos ouvintes, a resistência frente a eles pode ser muito produtiva. A resistência manifestada por meio de produções escritas, construídas pelos professores/autores/pesquisadores surdos, funciona como uma potente ferramenta que ajuda a destacar suas posições enquanto sujeitos surdos, ou seja, opera nos processos de subjetivação de si e de outros relacionados aos modos de ser surdo e, principalmente, ao modo de entender-se como usuários de uma língua visual-gestual, mesmo na universidade.

Com o presente estudo, percebe-se que o espaço para produções acadêmicas de professores surdos muitas vezes é limitado, tendo em vista a normatização relacionada às regras da Língua Portuguesa escrita. Assim, os surdos, docentes universitários, por vezes se engajam na luta pelos seus direitos relacionados à emergência de uma valorização linguística confluyente aos seus saberes, seus discursos, enfim, a uma forma de intelectualidade surda. Entrar nesta luta auxilia o reconhecimento dos modos de ser surdo por parte da comunidade ouvinte, bem como da própria comunidade surda.

Por esses motivos, entende-se que este estudo pode contribuir para futuras pesquisas que visam dar visibilidade à inserção e demandas de professores surdos nas IES. Entender e compreender como funciona a relação entre a produção acadêmica ouvinte e surda se faz fundamental para as Políticas Públicas de Inclusão e Acessibilidade que envolvem professores surdos. É possível entender, por meio das narrativas dos professores surdos, a vontade e a necessidade de produzir, transgredir, transformar o lugar dos sujeitos surdos que se envolvem nos processos de produção acadêmica nas IES.

A equidade educacional e social, frente à diferença surda, também está relacionada ao reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais enquanto um marcador que altera o formato da Língua Portuguesa escrita em produções acadêmicas. Tal situação é viável e significaria uma conquista para a comunidade surda.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. (org.). *Metodologias de pesquisa pós-críticas em educação*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 173-194.

- BRASIL. *Lei nº 10. 436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 24 abr. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 3 jul. 2021.
- CECILIO, G. M.; SOUZA, C. D. Identidades transitantes: o desencaixe do deficiente auditivo nos discursos de/sobre surdos e ouvintes. *Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade*, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 01-24, dez. 2009. Disponível em: <https://www.editora-arara-azul.com.br/revista/compar5.php>. Acesso em: 3 jul. 2021.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.
- FERNANDES, S.; MOREIRA, L. Políticas de educação bilíngue para surdos: o contexto brasileiro. *Educar em Revista*, Curitiba, ed. esp. n. 2, p. 51-69, 2014. DOI: 10.1590/0104-4060.37014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/zJRcjrZgSfFnKpbqTDh7ykK/?lang=pt>. Acesso em: 3 jul. 2021.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. O que são as luzes? In: FOUCAULT, M. *Ditos & escritos: arqueologia das ciências humanas e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. p. 335-351. v. 2.
- FOUCAULT, M. *Segurança, território e população: curso dado no College de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LARROSA, J. *Tremores: escritos sobre experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.
- LOPES, M. C.; THOMA, A. S. Subjectivation, normalisation et constitution de l'éthos sourd: politiques publiques et paradoxes contemporains. *La Nouvelle Revue de L'adaptation et de la Scolarisation*, Suresnes, France, n. 64, p. 105-116, 2013.
- QUADROS, R. M. *Educação dos surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- REIS, F. *A docência na educação superior: narrativas das diferenças políticas de sujeitos surdos*. 2015. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17759>. Acesso em: 3 jul. 2021.
- SOUZA, R. M.; GALLO, S. Língua, cultura e política no plural: pela resistência à folclorização do outro. In: VIEIRA-MACHADO, L. M. C.; LOPES, M. C. (org.). *Educação de surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. p. 100-115.

Recebido em: 23 jul. 2020

Aceito em: 12 maio 2021